

O conceito das duas moedas reexplicado por Lara Resende

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O novo presidente da República não deve cair na tentação de adotar medidas de apelo popular na busca de estabilizar a economia do País. O congelamento de preços e salários foi ontem rejeitado por três conceituados economistas reunidos no seminário promovido pelo Banco Central, em Brasília, para comemorar os 25 anos da instituição.

André Lara Resende, Antônio Kandir e Andrea Calabi estão de acordo também que o próximo processo de estabilização deve ser invertido: em vez de medidas imediatas de choque, contra as quais a sociedade parece já imunizada, propõe-se que o novo governo explicitamente imediatamente um conjunto de providências no sentido de reduzir o déficit público e que torne público o seu projeto de desenvolvimento para o País.

"Temos de usar a criatividade e sair dessa armadilha clássica", disse Lara Resende, ao mencionar a combinação de congelamento de preços e aumento de tarifas públicas na Argentina como modelo que não deve ser seguido.

Todos têm em mente que o sucesso de um futuro processo de estabilização vai depender fundamentalmente da credibilidade do novo governo e partem, na verdade, deste pressuposto.

Há, no entanto, divergência de opiniões na ordem dos passos que precisam ser seguidos para garantir a queda no nível da inflação.

André Lara Resende, ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central e hoje atuando como consultor na iniciativa privada, propõe como primeira medida a liberalização total da taxa de câmbio. "Estou convencido disso porque, com o mercado de taxa flutuante, criou-se no País um sistema perverso que pune as exportações e o ingresso de capital estrangeiro no País enquanto subsidia as importações e as remessas de lucros e dividendos", disse ele, defendendo como medida paralela uma reforma no sistema de comércio externo. Em três anos, as alíquotas do Imposto de Importação seriam unificadas, de forma gradual, para todos os produtos, no nível entre 20 e 25%.

A reforma monetária, com a introdução definitiva de uma nova moeda, seria o último passo do processo de estabilização imaginado por Lara Resende e surgiria naturalmente. Na verdade, durante um prazo previamente definido, ele sugere a existência de um novo título ou nova moeda convivendo com o cruzado novo, com livre conversibilidade com a moeda estrangeira na paridade de um para um. A emissão do novo padrão seria transitória, enquanto se promovem as reformas de fundo na economia, e estaria sujeita a um rigoroso controle monetário quantitativo durante determinado período, explicou ele.

Na medida em que as reformas na área do comércio, do câmbio, no campo fiscal — com empenho em um programa de privatização e atenção do governo aos setores de saúde, educação e transporte — fossem apresentando resultado, a moeda criada na fase de transição passaria a ser adotada como novo padrão monetário pela sociedade, sem grandes traumas. Do mesmo modo, seriam criadas as condições para o alongamento da dívida interna mobiliária.

Resende também está certo de que o propalado problema da dívida mobiliária, praticamente toda representada por LFT (Letra Financeira do Tesouro), não existe. "A LFT é moeda e pode de uma hora para outra ser transformada em depósitos nas instituições financeiras, remunerados à mesma taxa de juros paga pelo Banco Central para as reservas bancárias, sem que isto altere em nada o que já ocorre hoje", afirma (ver matéria na página 25).

A sugestão de total liberalização do câmbio foi a mais polêmica. "A liberalização do câmbio como ponto inicial de um programa de estabilização pode ser arriscada e provocar a dolarização dos preços", afirmou Kandir.

Lara Resende discordou.



André Lara Resende

País, só que atua no sentido errado. Estou convencido de que, a total liberdade cambial não trará risco algum. Dificilmente a economia seria dolarizada numa situação em que a taxa de câmbio estará flutuando constantemente para cima ou para baixo", disse, sugerindo a criação de uma moeda ou título transitório, com conversibilidade cambial e paridade unitária com o dólar, também flutuante para cima ou para baixo de acordo com o câmbio.

Ao contrário de Lara Resende, que além do câmbio

também propõe a liberalização total do controle de preços na economia, Kandir defende em seu projeto de estabilização que o governo mantenha uma presença num primeiro momento para evitar que a inflação fuja do controle. Neste sentido, acha que as câmaras setoriais de discussão de preços deveriam ser ampliadas pelo próximo governo.

Seu ponto de partida seria a redução do déficit público. "Sem resolver o problema da fragilidade financeira do setor público, não há condições de executar um plano de estabilização", afirmou Kandir. Ele estima em 6% do PIB o esforço fiscal que o novo governo terá de promover para eliminar o hiato de 7,5% do PIB no superávit primário fiscal (descontadas as correções cambial e monetária e os encargos da dívida interna e externa) previsto para os próximos doze meses. A diferença de 1,5% do PIB representaria o ganho fiscal obtido com a estabilização da inflação.

Sua proposta de programa de estabilização inclui a redução em 45% do pagamento do serviço da dívida externa; a suspensão total

dos subsídios ao setor privado; o aumento da receita fiscal, logo no ano que vem, com a imposição de um empréstimo compulsório preferencialmente sobre o patrimônio, com duração temporária até que o Congresso vote uma reforma tributária; a suspensão total de contratação de pessoal e de obras; a ampliação da abrangência do sistema de câmaras setoriais; e a definição de um projeto de desenvolvimento que deixe claro o papel do Estado e garanta a abertura da economia.

Andrea Calabi, ex-secretário do Tesouro Nacional, prefere olhar a longo prazo e considera fundamental que o novo governo introduza em seu plano um programa de inovação tecnológica. A tensão do curto prazo acabaria resolvida com a percepção, pela sociedade, de que há um projeto de mais longo prazo para o País.